

## DO ENSINO DA LÍNGUA E DA LITERATURA OU: DA LÍNGUA E DA LITERATURA

JÚLIO TABORDA NOGUEIRA\*

### Ponto prévio

\_\_\_\_\_ Não venho falar (e, muito menos, em termos pretensamente científicos) de pedagogia ou de didáctica, embora pense que todos podemos ver as implicações pedagógico-didácticas daquilo que vou dizer. Assim o espero.

**O.** No Livro IV da *Eneida*, os amantes, Dido e Eneias, retiram-se para uma gruta e, "no espaço de um momento", a actividade do mundo suspende-se: os muros (da cidadela) não sobem mais alto, cessa a construção de Cartago (Denby, 1999: 150).

**1.** Pareceu-me bem convocar - e invocar - um texto escrito há mais de dois mil anos, quando o tema deste seminário é "Literatura e fim de século". Porque é a literatura que está em causa, não como conceito, como construto teórico ou como instituição (neste caso, canonizada, pelo menos a partir do século XVIII, em função de paradigmas e axiologias dominantes e variáveis de período para período), mas como lugar em que a língua se cumpre no esplendor da sua funcional plenitude.

Assim entendida, a ideia de *literatura* poderá confundir-se com a ideia de *língua*. Não há, de facto, entre uma e outra nem disjunção nem descontinuidade, antes uma relação de radical inclusividade. O que acontece é que o carácter convencional, mas finalístico, do signo recupera, no discurso literário mais puro, a memória possível da nossa relação com as coisas, com o mundo da vida, com o mundo anterior à possibilidade de ser dito, ou seja, explicitamente traduzido segundo critérios lógico-semânticos de inteligibilidade.

2. De uma perspectiva predominantemente funcional – ou funcionalista –, a língua vale sobretudo como meio de comunicação. É como que um instrumento, ou *organon*, de que cada um de nós dispõe para melhor se aproximar do outro. Trata-se de uma aproximação que resulta do domínio comum – mas só parcialmente comum – de um sistema e de um código interiorizados e partilhados pelos falantes da mesma língua. A retórica, como arte de argumentar, de convencer, persuadir e seduzir pela palavra, terá surgido, enquanto disciplina e instituição, integrada num projecto de forte pendor educativo (recorde-se o título da obra maior de Quintiliano: *Institutio Oratoria*), como tentativa de encurtar a distância que vai de um *eu* a um *outro*, contribuindo ao mesmo tempo para um processo de socialização democratizante que emergiu e se desenvolveu, fruto de conjuntura histórica favorável, em Siracusa, na Sicília, por volta dos séculos V-IV AC.

Mas não é a língua como instrumento de comunicação, nem sequer como *forma de poder* (e neste caso estaríamos a privilegiar uma certa visão pragmática, inscrita, por exemplo, na análise crítica do discurso), não são estas acepções que mais se compaginam com a linha de reflexão que aqui proponho.

3. O que mais prezo (neste momento e nesta fase da minha vida de professor) é o entendimento da língua como condição de conhecimento, uma espécie de condição de possibilidade (mesmo em termos kantianos) do conhecimento do ser que na linguagem se revela – ou desoculta. Terá sido neste sentido que alguém disse ser a literatura “o mais alto meio de conhecimento” e a escrita literária uma ocasião privilegiada de alargarmos e aprofundarmos “a nossa experiência emocional e cognitiva do mundo e de nós próprios.”<sup>1</sup>

A língua não imita, nem decalca, nem, rigorosamente, representa as coisas: o que está aí, e já estava, mesmo antes de o homem reorganizar e reconstruir pela palavra a sua percepção de algo que dele está necessariamente distante. O que o homem faz é trazer à sua presença, é tornar presente aquilo que não conhece, nem pode racionalmente conhecer na exacta configuração do seu estatuto ontológico. Por isso, o uso da língua apenas lhe permite dizer algo em vez de outra coisa cuja evidência – inalcançável – incessantemente persegue. A velha mas sempre actual definição de *signo* como “aliquid stat pro aliquo” dá-nos bem esta ideia.

Falar a língua será assim como que um trabalho de Sisifo e ao mesmo tempo expiação e redenção de uma culpa original que, no âmbito da cultura judaico-cristã, tem a sua expressão paradigmática nas narrativas míticas da expulsão do Paraíso e da Torre de Babel. A confusão das línguas (*confusio linguarum*) significa deste modo o emergir da consciência de que é trágica a condição e o destino do homem. Mas também pode significar a tentativa de percorrermos o caminho que há-de levar-nos à visão deslumbrante da palavra original (recorde-se o *incipit* do Evangelho de São João). Dito de outra forma: é com palavras imperfeitas, com as

palavras possíveis, que o homem, único ser dotado da faculdade de linguagem, tenta orientar-se no sentido da verdade que só na *PALAVRA* se encontra. O homem, pelas palavras, vai, pois, ao encontro do seu próprio fundamento, da sua *arquê*, daquilo que radicalmente define e identifica o seu estatuto ontológico e epistemológico.

4. Em linguagem ironicamente platónica, poder-se-á dizer que é, ainda assim, a *voz* dos poetas aquela que mais se aproxima da verdade perdida. Da *verdade* e do *tempo* perdido. Não apenas do tempo entendido segundo a nostálgica visão proustiana, nem do tempo cronológico, nem do psicológico, mas do tempo inscrito na linguagem (não há fala, nem escrita, fora das margens da sequencialidade temporal). Assim se entenderá melhor por que se diz que o *homem* pela *linguagem* se constitui como "*ser no tempo*."

5. Creio ter sido Coleridge que salientou a ideia de "suspensão da incredulidade" como condição de uma boa "leitura" da obra de arte, em geral, e da obra de arte literária em particular. Podemos traduzir esta ideia dizendo que o entendimento do discurso e do texto literário não se harmoniza com um exercício crítico que dependa apenas de critérios emergentes de uma lógica das condições de verdade. A leitura de um romance ou de um poema exige de facto uma atitude próxima de um "fazer de conta", sem a qual (atitude) se tornará infrutífera, e frustrante, a audição ou a leitura de tantas e tantas histórias que começam por "era uma vez" ou "naquele tempo..."

Ouvir uma história é seguir pelos caminhos de uma aventura, isto é, de algo que não se conhece porque ainda "há-de vir". Ouvir ou ler um poema é deixarmos encantar pela música daquela sucessão de frases cuja sintaxe nem sempre será a mais canónica. Alguém disse (Pierre Alferi) que a literatura é "o desassossego da sintaxe" (Alferi, 1999: 28).

6. É preciso assumir a compreensão de que há nas línguas, naquilo que mais fundamentalmente as constitui - o *rigor* e a *criatividade* -, dois tipos - ou modelos - de organização sintáctico-semântica: um, mais profundo, dependente das estruturas nucleares que suportam tudo o que é possível dizer em situações concretas de enunciação/comunicação; outro, identificável com o conceito de norma, que regula (porque a língua também é instituição) o uso correcto e adequado em função de padrões instituídos segundo critérios predominantemente socioculturais, ou mesmo sociopolíticos.

A engenharia básica do funcionamento das línguas (de que é primeiro exemplo o extraordinário potencial operativo dos sub-sistemas fonológicos)

implica, por parte do sujeito falante, o conhecimento interiorizado e a prática permanente de regras e operações de selecção e restrição, com incidência nos diferentes níveis: morfo-sintáctico, léxico-semântico e pragmático. Sem esse conhecimento não seria possível entendermo-nos, comunicarmos verbalmente.

7. Mas também é verdade que as línguas, enquanto mecanismos dotados de grande "energia criativa", possibilitam formas outras de dizer, para além das que são utilizadas nas situações concretas de comunicação, normalmente de pendor pragmático-utilitário. É nessas "formas outras de dizer" (que importa não confundir com "desvios") que se manifesta a voz dos romancistas, dos dramaturgos e, sobretudo, dos poetas. É nesse espaço de liberdade que podemos ouvir o canto livre, ou a súplica, a meditação ou a revolta, em registo metafórico, alegórico ou irónico, tudo sinais daquilo que mais profundamente constitui a memória e a dignidade do homem. E é então que por vezes nos apercebemos de que "não poderia dizer-se melhor", ou que "o mundo por instantes bate certo", ou que misteriosamente sentimos e assistimos à própria suspensão do tempo, ou, se quisermos, à paragem dos trabalhos e dos dias.

É isto mesmo que se pode "ler" na passagem da *Eneida* referida no início desta minha intervenção. É também isto, e a ideia de que o mundo só existe porque o podemos nomear, que está escrito – inscrito – no belo poema de Vitorino Nemésio que peço para lerem agora comigo.

#### NOMEIO O MUNDO

Com medo de o perder nomeio o mundo,  
Seus quantos e qualidades, seus objectos,  
E assim durmo sonoro no profundo  
Poço de astros anónimos e quietos.

Nomeei as coisas e fiquei contente:  
Prendi a frase ao texto do universo.  
Quem escuta ao meu peito ainda lá sente,  
Em cada pausa e pulsação, um verso.

(in *O verbo e a morte*, 1995)

## Adenda ao texto anterior: sobre gramática e poesia

1. É muito importante ter presente que a consciência de nós próprios, dos outros e do mundo resulta da possibilidade de nos situarmos no momento **presente**, possibilidade que a língua nos faculta pelo recurso a procedimentos formais que alguns linguistas classificam como coordenadas-zero da enunciação: o **eu-tu**, o **aqui**, o **agora**.

Ancorados nesta prisão necessária, dela vislumbramos - e dizemos - tudo o que é **passado** e antevemos o **futuro** da nossa inquietação. É a consciência do **eu** (sujeito), integrado num **espaço** e projectado num **tempo**, que a cada momento, pelo dito e pelo não-dito, a língua nos devolve. Com especial acuidade, a língua dos poetas, como, por exemplo, se pode "ver" nessa epifania da palavra, simultaneamente elegíaca e exaltante, que é a primeira parte do longo, bellissimo poema de Ruy Belo, "A margem da alegria". Nunca, que me lembre, a consciência da inscrição do homem no tempo (quando digo "o **homem**", pressuponho a **língua** como condição da possibilidade de dizermos a passagem do tempo, pois a língua ela própria inexoravelmente se inscreve no fluir temporal), nunca, porventura, essa consciência terá sido tão bem sugerida como na caudalosa série de orações temporais que desde logo nos deslumbra mal iniciamos a leitura do poema. Vejamos alguns exemplos:

Quando já pelos prados o orvalho (...)  
quando as tardes eram notoriamente altas (...)  
quando as mulheres movendo-se moviam os cabelos populosos (...)  
quando as pessoas já eram mortais mas não o eram assim  
excessivamente (...)  
quando a estratégia do prazer era tão minuciosa e forte (...)  
Quando as raparigas punham todo o peso da sua esmagadora  
juventude (...)  
quando os homens se compraziam em falar do vento (...)  
quando a solidão não era a vocação exclusiva de poetas (...)  
quando os deuses eram mansos e se lhes podia quase passar a mão  
pelo dorso (...)  
quando os ventos se multiplicavam pelas mais pequenas folhas (...)

E é então, inesperadamente, que essa avalanche de sinais de um tempo que, de tão compacto e longínquo, a si próprio parece negar-se (não será ainda o instinto devorador de *cronos*, mas, porventura, a nostalgia e a promessa de *kairos*), é então que esse caudal de imagens repentinamente se dissolve e, ao dissolver-se, provoca a irrupção de dois seres que, tendo de facto existido, só pela palavra, pelo poder de

recuperar a memória das coisas que só a palavra torna possível, ganham sentido, tornando-se, como que magicamente, presentes. Talvez por isso o poeta diga "por outras palavras".

Por outras palavras trata-se de inês e trata-se de pedro  
ou pedro tratará talvez mais uma vez de inês.

Repare-se como a **gramática da língua** (da frase) acompanha a "**gramática da poesia**". Como a poesia, mesmo quando alcança dizer o indizível, não pode deixar de depender das categorias de significação gramatical. Primeiro, era o imperfeito que predominava (quando acontecia isto, quando sucedia aquilo, como quem diz "era uma vez" .). Agora é o presente, os seres, os eventos, as coisas ancoradas no presente (" trata-se de inês "), a impressão de que é possível estancar o fluir das águas, ou seja, o homem à imagem e semelhança de Deus. E já que o milagre da linguagem satisfaz em parte o desejo de viajar no tempo, aí temos, não em sequência cronológica, mas simultaneamente (a trágica ilusão de que tudo se pode pensar ao mesmo tempo, aqui e agora), aí temos o futuro como possível narrativa e marca de inquietude:

ou pedro tratará talvez mais uma vez de inês.

Atente-se na forma modalizada de dizer (no **modus** de um **dictum** que assim perde – com isso se enriquecendo – a transparência frontal da declaração assertiva).

2. Não se pretende, com esta leve incursão pelo universo poético de Ruy Belo, tirar qualquer proveito imediato, nem alcançar objectivos. Se alguma coisa se pretende, é chamar a atenção para algo mais importante e que julgo ser o essencial. Ora, o essencial, para todos os professores, e particularmente para os professores do ensino básico e secundário, é cuidarem de conciliar uma boa formação específica em língua e literatura (sem o que tudo o resta ficará comprometido) com uma razoável dose de bom senso (a pedagogia é, na prática, uma questão de bom senso) e, em todas as circunstâncias, aprenderem a gostar do que ensinam. Como eu gostei – e muito – do poema de Ruy Belo, aqui o trouxe comigo para esta sessão.

Quero dizer: para que na aula surja e se sinta aquela corrente afectiva que conduz ao encantamento, de que fala Mário Dionísio num passo exemplar da sua *Autobiografia*, é preciso aprender e aprender a gostar do que se aprende ... e do que se ensina. Aprender, por exemplo, que a coesão e a coerência de um texto são propriedades intrínsecas de um objecto que se caracteriza pela sua perfeição, e que

essa perfeição resulta do profundo rigor inerente a todo o processo de construção – ou geração, se preferirem – de sentido(s); que esse rigor, independentemente das suas várias manifestações, é constitutivo de todo o artefacto cultural (no sentido antropológico de **cultura**); que a língua, enquanto bem simbólico, constitui a expressão por excelência da dignidade do homem, dela podendo dizer-se que é o único capital por todos partilhado; que só pela língua nos é dado perceber e interpretar os rumores do mundo, nomear as coisas, informar, persuadir, seduzir e inventar, tornando presentes, realidades ausentes; que não só o conhecimento do mundo, sempre imperfeito, sempre relativo, mas a expressão dos próprios sentimentos, dependem, em última instância, da matriz da nossa língua, sendo talvez por isso que Vergílio Ferreira disse que dela se pode ver o mar e que Eugénio de Andrade a comparou, em poética inflexão heideggeriana, à casa de todos nós (“materna casa da alegria / e da mágoa”).

3. Poderíamos continuar a peregrinação a este “lugar de origem”. Concluiríamos, certamente, que aí se encontra a raiz de uma tripla dimensão **ontológica, epistemológica e pragmática**. Ou seja: que nela nascem e se desenvolvem a consciência possível do que somos, os limites do nosso conhecimento e as potencialidades de acção e transformação através do seu uso. Significa isto, traduzido para todos nós, professores, que a afirmação individual e a integração social dos nossos alunos dependem do conhecimento e do uso da língua. Como não temos do ensino da língua uma concepção meramente instrumental e porque entendemos que **conhecer**, neste caso (e não na acepção chomskyana), equivale a assumir perante ela uma atitude objectiva, crítica e reflexiva, mas sempre sem quebra do vínculo existencial, afectivo, que a ela nos une, então, **conhecer a língua** tem que ser, necessariamente, **conhecer a gramática da língua**. E digo isto independentemente das diferentes acepções do conceito de gramática: da mais tradicional (que não é boa nem má por lhe chamarem “tradicional”) à mais recente das muitas orientações que, neste século, têm marcado o percurso das ciências da linguagem, desde, pelo menos, a “revolução” do Círculo Linguístico de Praga.

4. A gramática pode ser vista como a raiz de tudo o que dizemos, de todos os tipos de discurso, dos mais utilitários aos mais artisticamente elaborados. Qualquer um de nós, em qualquer circunstância, para se fazer entender, está permanentemente sujeito a restrições (com incidência nos planos sintáctico, semântico e pragmático) que condicionam necessariamente a opção por esta ou aquela forma seleccionada de entre um número quase ilimitado de opções possíveis. Mas também é verdade que esta prisão necessária, inscrita na nossa própria condição de seres dotados da capacidade de linguagem, é fonte de um

potencial de criatividade que nos permite “transformar” a comum competência linguística em ponto de fuga para a construção pela palavra das mais altas formas de conhecimento: científico, filosófico e, acima de tudo, poético.

5. Esta “defesa da gramática” não anula a possibilidade de se alimentar a utopia de uma linguagem que, paradoxalmente, subverta – ou mesmo dispense – as regras e normas gramaticais. Foi o que, a seu modo, fez (isto é, disse) Fernando Pessoa, pela voz de Bernardo Soares. Com ele vou terminar, transcrevendo um fragmento do *Livro do desassossego*, que viria sempre a propósito, convenhamos, nesta situação.

Obedeça à gramática quem não sabe pensar o que sente. Sirva-se d’ella quem sabe mandar nas suas expressões. Conta-se de Sigismundo, Rei de Roma, que, tendo, num discurso público, cometido um erro de gramática, respondeu a quem d’elle lhe fallou, “Sou Rei de Roma, e acima da gramática”. E a história narra que ficou sendo conhecido nella como Sigismundo “Super-grammaticam”. Maravilhoso symbolo! Cada homem que sabe dizer o que diz é, em seu modo, Rei de Roma. O título não é mau, e a alma é ser-se. (Pessoa, 1982: 22-23)

## Notas

\* Até Setembro de 2001, Júlio Tabor da Nogueira foi assistente convidado da Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra) – Formador da Área Científico-Pedagógica de Português; foi responsável pela docência das disciplinas de *Didáctica do Português* (Ramo de Formação Educacional), *Língua Portuguesa – Registos Escritos* e *Língua Portuguesa – Registos Oraís* (da Licenciatura em Jornalismo).

<sup>1</sup> Palavras da autoria de Eduardo Prado Coelho no âmbito de uma polémica sobre “escrever” e “escrever bem” (cf. Coelho, 1995).

## Referências bibliográficas

- ALFERI, Pierre (1999) – *Procurar uma frase*, Lisboa, Vega.  
 BELO, Ruy (1998) – *Obra poética de Ruy Belo – A margem da alegria*, Lisboa, Editorial Presença.  
 COELHO, E. Prado (1995) – “Leituras”, in *Público* (28 de Outubro de 1995).  
 DENBY, David (1999) – *À quoi sert la littérature*, Paris, Robert Laffont.  
 PESSOA, Fernando (1982) – *Livro do desassossego, por Bernardo Soares* (pref. e organ. por Jacinto do Prado Coelho), Lisboa, Ática.